

História da Guiana Francesa. Do início da colonização até a invasão portuguesa de 1808

Iuri Cavlak
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Contato: iuricavlak@yahoo.com.br

O início da colonização francesa na Guiana seguiu a lógica conhecida da expansão comercial ultramarina europeia, com uma variável mais sublinhada que foi o caráter belicoso e militar em relação às demais potências colonizadoras da época. Em outras palavras, pesou nos motivos da chegada dos franceses ao continente sul-americano o fortalecimento da monarquia, a ideia de cristianização dos ameríndios e igualmente a competição política com as Províncias Unidas, Espanha, Portugal e Inglaterra.

Duas personagens centrais na história da França do período participaram ativamente da empresa. O cardeal Richelieu, conselheiro do rei Luís XIII entre 1624 e 1642, que incentivou o fortalecimento da marinha tendo em vista a expansão e conquista de novos domínios, e Jean Baptiste Colbert, Ministro de Estado de Luís XIV, vinte anos depois, que cristalizou na política econômica a necessidade de hegemonia francesa nas trocas comerciais internacionais, o que passava pelo controle de terras no novo mundo.

A região das Guianas, logo batizada de Costa Selvagem, apresentou dificuldades de monta. O litoral entrecortado e de águas barrentas, fruto da influência, entre outras coisas, dos rios de água doce, dificultou a ancoragem de navios de grande calado. A ausência de uma população autóctone sedentária com estrutura de Estado reforçou a necessidade de guerras sucessivas para a manutenção do domínio. O clima equatorial inclemente, bastante díspar da metrópole, conjugado com a presença permanente de outras nacionalidades num curto espaço, contribuiu para um ambiente de permanente desafio. As Guianas, não se pode olvidar, eram parte da América espanhola, segundo o tratado de Tordesilhas de 1492, contribuindo para o desinteresse dos portugueses.

Mesmo a população ameríndia antes da chegada dos franceses nunca demonstrou um número elevado de contingente. Calcula-se em 30 mil os indivíduos

que habitavam a Guiana, a chamada “civilização da mandioca”, que não suportava uma população mais numerosa como a “civilização do arroz” do sudeste asiático.¹

Em 1604, registrou-se a primeira expedição, comandada por um membro da nobreza de nome senhor de La Ravardière, que adentrou o rio Oiapoque, atual Amapá, e passou por Caiena, atual capital da Guiana Francesa. Personagem de suma importância para a época, Daniel de La Touche de La Ravardière foi o mesmo que fundaria oito anos depois no Maranhão a capital São Luís, homenagem a Luís XIII no contexto da França Equinocial, única capital na América portuguesa a não ser inaugurada pelos lusos.

Posteriormente, mais três tentativas infrutíferas de fixação foram levadas a cabo, nos anos de 1626, 1628 e 1630, cada uma contando com cerca de 50 pessoas e perecendo, frente às adversidades naturais e ao ataque de ameríndios e o assédio de outros povos europeus. Seguiu-se a expulsão dos franceses do Maranhão, consumada em 1615, e suas tentativas de permanecerem na América do Sul.

Em 1643, uma expedição diferente chegou ao local, patrocinada por uma companhia comercial privada, a chamada Companhia do Cabo Norte, e por comerciantes da região de Rouen. Comandada pelo senhor de Brétigny, essa empresa obteve a fixação de 400 pessoas, entre colonos e soldados. Cinco anos depois, em 1648, uma nova expedição foi enviada, mas se desviou para o Caribe, percebendo que as Antilhas poderiam oferecer melhores condições de fixação e exploração econômica.

Em 1652, mais 800 colonos, entre eles 136 membros da nobreza, desembarcaram na Guiana, enfrentando um ataque severo de tribos ameríndias que ceifou a vida de metade dos recém-chegados. Os que sobreviveram optaram por abandonar o lugar e se estabelecerem em Barbados. Nesse sentido, novo revertério ocorreu entre 1657 e 1665, quando os holandeses por sua vez ocuparam Caiena e expulsaram os franceses que ali residiam. O então ministro Colbert ordenou uma frota especialmente para a reconquista, que desembarcou em maio de 1665 e derrotou de fato os holandeses, retomando o controle. O comandante da expedição bélica, Lefebvre de la Barre, fechou um tratado com os Galibis, reforçando sua posição e possibilitando a fundação de povoados ao redor de Caiena.

As guerras europeias atingiram então em cheio o processo de ocupação. Em 1667, os franceses se tornaram aliados dos holandeses contra os ingleses,

franqueando a esses últimos a expansão do conflito para a região. Assim, tomaram Caiena e a maioria dos povoados e se tornaram senhores da região, até perdê-los novamente para a Holanda em 1676. Finalmente, uma derradeira força militar francesa reconquistou as principais praças em dezembro de 1676, estabelecendo um *status quo* que duraria, *grosso modo*, até a invasão portuguesa de 1809.²

Uma ocupação algo tardia, 176 anos após o estabelecimento de espanhóis e portugueses, e na esteira da penetração das nações não ibéricas na América do Sul. Importante destacar que, semelhante à famosa definição de Frei Vicente do Salvador em relação aos portugueses no Brasil, “caranguejos arranhando o litoral”, os franceses na Guiana também se limitaram à ocupação de uma faixa de terra restrita ao litoral, donde o interior e a ligação com a bacia amazônica permanecer nula naquele momento da história. Em 1700, uma estatística populacional apontava para a presença de 1.752 indivíduos, sendo 352 brancos, 1399 escravos, 11 libertos e 121 escravos índios.³

Os franceses não estavam interessados na região das guianas senão por omissão: era a região menos controlada dos vastos impérios espanhol e português; eles só se interessaram por alguns momentos em função do perigo da colonização francesa na América do Norte e nas Antilhas no século XVII e XVIII, na África e na Ásia nos séculos XIX e XX.⁴

Destacou-se naqueles primeiros tempos a ação dos missionários voltados para a catequização dos ameríndios. Primeiro com os capuchinhos, a partir de 1651, e posteriormente com a maioria de jesuítas, especialistas nessa prática. Com efeito, reproduziram certas diretrizes espalhadas pelo restante da América ibérica, contribuindo para um novo tipo de relação entre as populações nativas e os franceses que não a guerra aberta. Como a população indígena não chegou a se comparar em número com outros lugares, a escravização dos mesmos foi efêmera, em pequena escala e logo abandonada.

Embora com esse caráter secundário, a metrópole, em muitos momentos, batalhou não só pela manutenção do espaço senão pela sua expansão. Uma contradição entre a procura de terras e a falta de gente para seu efetivo uso. Por exemplo, em 1688, o tenente do rei, Pierre de Ferroles, partiu rumo aos domínios portugueses, chegando até o rio Araguari. Em 1697, alcançaram os fortes portugueses em Macapá, destruindo-os e sugerindo uma possível expansão das

lindes guianesas. Esse movimento resultaria na disputa secular que iria até o final do XIX pelas Terras do Cabo Norte.⁵

Com o contra-ataque português e a reconquista, a região se tornou em disputa militar, contemplada pelo Tratado de Utrecht de 1713, que encerrou momentaneamente a refrega atribuindo um limite mal definido entre os rios “Jupoc”/“Vicente Pinção”. Cessaram as hostilidades militares em vista do combinado em estudos e delimitações para, através da diplomacia, estabelecer de direito o pertencimento da região.

Igualmente, a escravidão negra teve lugar nessas paragens, em quantidade bastante inferior em relação ao entorno regional. A responsabilidade pela importação de mão de obra africana escravizada na maioria do tempo esteve a cargo da Companhia Comercial da Guiana, que se transformaria, para gozar de uma abrangência maior, em Companhia do Senegal.

A Guiana recebeu somente uma ínfima parte do pujante fluxo de escravos africanos que atravessou o Atlântico entre o século XVII e XIX. Um século depois da introdução dos primeiros escravos, a colônia só contava com 5.728 (em 1765).⁶

Diante dessa falta de trabalhadores, uma ideia foi delimitada pelo Barão de Bessner, por volta de 1782, consistindo em estabelecer tratados com os negros quilombolas (*marrons*) do Suriname para que viessem habitar Guiana. Como não seriam escravizados, e sim contratados, causou espécie nos senhores de escravos plenos que temiam a contaminação ideológica desses “guerreiros do alto Marroni”, podendo resultar na falência completa do sistema escravista. O projeto logo foi descartado.⁷

Dessas dificuldades resultou a implementação do mais ambicioso plano de colonização já concebido para a região. A importação de colonos brancos da Europa, sobretudo das regiões que corresponderiam à parte ocidental da França atual e à Alemanha à época. Em 1763, quando esse plano passou a ser levado a sério, a colônia contava com 7.635 habitantes, sendo que o propósito seria importar 15 mil europeus. A ambição correspondia às necessidades múltiplas de defesa militar, produção de víveres e ocupação do espaço.

Assim, entre dezembro de 1764 e fevereiro de 1765, um impressionante número de 9 mil pessoas desembarcaram na colônia, sendo outras 3 mil

arregimentadas no decorrer dos meses subsequentes. A má-nutrição dentro dos navios e as intempéries de uma longa travessia fragilizou os corpos desses já pobres colonos do velho mundo. Chegando ao sítio hoje conhecido como Kourou, a alimentação seguiu precária. Assim, “em alguns meses, a Guiana se transformou num necrotério. O paludismo, a febre amarela, febre tifoide, tifo, disenteria foram devastadores”.⁸ De um total aproximado de 12 mil pessoas enviadas, 7 mil estavam mortas em outubro de 1765, 3 mil voltaram rapidamente e somente 1.800 escolheram permanecer. Uma verdadeira catástrofe, sendo que a maioria dos sobreviventes foi resgatada nas ilhas que ficariam conhecidas como Ilhas da Salvação (Iles Du Salut).⁹

O intendente Chanvalon, responsável pelo transporte e acomodação, foi preso. E o que chocou mais as autoridades da época aparentemente não foi tanto o número de mortes, uma vez que não era tão incomum milhares perecerem por epidemias devastadoras naquele período, senão o fato de tudo ter sido feito com logística, fundos e planejamento estatal. Esse episódio ficou conhecido como “expedição de Kourou”, pois era para formar um grande povoamento nesse local, distante 60 quilômetros de Caiena. Foi a primeira e a última grande tentativa de povoamento do lugar, doravante marcado pela “síndrome de Kourou”, isto é, um arrepio na espinha daqueles que tinham o destino marcado para habitar a Guiana. O escândalo desse morticínio atravessaria os próximos séculos.

De modo que, no final do XVIII, já sob a Revolução Francesa, a alternativa encontrada foi desafogar as prisões de Paris carregadas de encarcerados políticos e os enviarem para a Guiana. Entre 1795 e 1798, 331 pessoas foram desterradas da metrópole, o primeiro contingente de “banidos” que posteriormente cumulariam o lugar. Dessa primeira leva, 172 morreram, 25 escaparam e 132 conseguiram retornar para a França.¹⁰

No momento da eclosão da Revolução, já se havia fixado no imaginário popular a Guiana como um lugar de morte certa, a “guilhotina seca”, daí ao mesmo tempo se mostrar um castigo severo para os revolucionários e um constrangimento do Estado de enviar pessoas para a reputada região infernal.

No que tange a economia propriamente dita, a Guiana Francesa tentou o cultivo em grande escala da cultura mais lucrativa da época, o açúcar, mas por falta de mão de obra não pode desenvolvê-la a contento. Os escravos africanos vendidos na região por franceses e piratas eram dirigidos para lugares mais lucrativos como as Guianas

vizinhas, as Antilhas e o Caribe em geral. À falta de colonos, juntava-se a falta de escravos, de índios escravizados e de interesse dos traficantes em frequentar os portos. Um círculo vicioso negativo para as pretensões da exploração.

Comercializou-se o que estava ao alcance para tornar viável a empresa, e o grande produto adequado foi o “roucou” (anato), uma planta já conhecida dos ameríndios e que servia para a produção de corante, assemelhado ao pau-brasil das primeiras atividades econômicas europeias na América portuguesa.

Posteriormente se iniciou a produção de cacau, café e algodão. Segundo Mam Lam Fouck: “Aproximadamente 200 fazendas produziam anualmente, de 1776 a 1774, uma média de 376.700 libras de anato, 142.077 de algodão, 97.750 de cacau, 15.383 de açúcar e 38.697 de café”. Números bem abaixo do que se produzia nas colônias francesas do Caribe, como Martinica, Guadalupe, e a porção de São Domingo.¹¹

Naquele contexto, além dos jesuítas, ameríndios e africanos escravizados, os habitantes da Guiana eram, com exceção das autoridades francesas, uma mistura de corsários, flibusteiros, piratas, marginais, protestantes que fugiam de perseguição e alguns judeus luso-brasileiros e holandeses. Uma mistura heteróclita que preocupava a administração.

No decorrer do tempo, a colônia foi sendo chefiada pelo governador, representante direto do rei, secundado por outras figuras como o tenente do rei, procurador geral, diretor do Interior e alguns outros: “Nos séculos XVII e XVIII o centro da vida política estava no Conselho Superior. Designado pelo governador entre os colonos mais ricos, ele possuía poderes em matéria de justiça e finança, além de zelar pela aplicação das ordens do rei.”¹²

A Revolução Francesa modificou esse cenário. Em agosto de 1790, foi eleita a primeira Assembleia Colonial escolhida no seio da população branca:

Assim, sob a Revolução, os colonos autônomos se igualaram através da Assembleia Colonial ao governo da colônia durante dois anos (1790-1792). A Assembleia limitou os poderes do governador Bourgon, estabeleceu um diretório e um conselho administrativo que substituiu o poder de Estado; uma municipalidade criada em Caiena, e as tropas sendo alocadas sob o controle da Assembleia. O governador só retomou seus poderes com a chegada de comissários enviados de Paris.¹³

Avanço democrático, a Assembleia foi boicotada pela classe dominante local até ser abolida pelo próprio Napoleão Bonaparte alguns anos depois.

O contexto também foi de abolição da escravidão, o que causou uma profundo desequilíbrio nas relações de trabalho no local, mas também entre os vizinhos, sociedades firmemente escravistas. Na fase da Convenção, em 1794, foi levada a cabo a proibição do trabalho cativo em todas as colônias francesas. No território “Contestado”, tendo o rio Araguari como divisa para os franceses e o Oiapoque para os portugueses, os escravos aproveitavam para construir seus quilombos e comerciar com as duas soberanias europeias. Na Guiana, ocorreu igualmente boicote da elite branca em cumprir as determinações revolucionárias. A abolição só perdurou até a cristalização do período napoleônico, em 1802.

Em janeiro de 1809, uma tropa composta de luso-paraenses, com o apoio naval da marinha inglesa, conquistou a Guiana Francesa e a anexou a administração da Província do Grão-Pará e Rio Negro.

Tratou-se da culminação de aspirações internas articuladas com demandas externas. No primeiro caso, já circulava entre a classe dirigente paraense ideias de invasão dessa possessão francesa na América do Sul como forma de eliminar a eterna ameaça da ocupação estrangeira sobre o território do Cabo Norte, afinal uma situação que reclamava complicados esforços de povoamento e defesa. No segundo, a invasão napoleônica em Portugal e a fuga da família real para o Brasil, findando com a declaração de guerra contra a França em junho de 1808, sugeria algum ato bélico contra Bonaparte que assertivamente demonstrasse o poder da corte lusa no exílio.

Desse modo, o príncipe regente Dom João ordenou ao governador da Província do Grão-Pará e Rio Negro, José Narciso Magalhães de Menezes, a constituição de uma força militar terrestre, que seria reforçada por dois vasos de guerra, contingentes do Rio de Janeiro e mais uma embarcação comandada por ingleses. As dificuldades financeiras e logísticas não impediram a formação dessa tropa que partiu de Belém em fins de 1808 rumo à guerra.

A partir de janeiro do ano seguinte, a Guiana Francesa tornou-se território português, ao menos provisoriamente, pois foi devolvida aos franceses em 1817, sem o recebimento de qualquer indenização, todavia com o estabelecimento dos limites geográficos que acabariam sendo novamente questionados com a independência de 1822. Afinal, os limites entre a Guiana e o Amapá continuariam em litígio até o laudo suíço de 1900.

Desse estranho desfecho, muitas indagações foram apresentadas pelos historiadores, as principais girando em torno das diferentes percepções do problema entre o governo paraense, a administração na Corte e os militares ingleses. *Grosso modo*, para os primeiros importava anexar e projetar a colônia brasileira para o Caribe, protegendo o Cabo Norte e ao mesmo tempo abrindo maiores possibilidades de desenvolvimento econômico. Para a segunda, tratava-se mais de uma conquista a ser usada como barganha nas negociações de paz, tendo em vista muito mais a situação europeia do que a local. Para os terceiros, importava enfraquecer os franceses e ao mesmo tempo não permitir o crescimento territorial português, potencial ameaça as suas próprias possessões no entorno regional.

Não obstante, mesmo dentro dessas correntes havia percepções e aspirações contraditórias, o que demanda o estudo mais aprofundado do episódio. Além disso, os nove anos de domínio luso-paraense na Guiana também demandam maiores cuidados analíticos devido a divergências de interpretação.

A colonização efetiva do Amapá, por seu turno, teve início em 1752, sob o gabinete reformista do Marquês de Pombal. Preocupado com a falta de desenvolvimento do norte amazônico e seu relativo despovoamento, Pombal nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o governo da então Província do Grão-Pará e Maranhão, transferindo a capital de São Luís para Belém, com um projeto audacioso de transformação política e econômica.

Traçou-se um plano para a formação de “soldados colonos”, de modo a defender o Cabo Norte dos franceses, fomentar a agricultura de subsistência e ao mesmo tempo inserir a região na economia de mercado, exportando os excedentes para Belém e Lisboa. A partir de 1764, na vila de Macapá, iniciou-se a construção da Fortaleza de São José, à época uma das mais avançadas e poderosas de toda América portuguesa.¹⁴ Os índios foram tomados da tutela dos jesuítas e disponibilizados para os colonos, a maioria das ilhas dos Açores e da Madeira. Milhares de escravos negros foram alugados ou cedidos de Belém.

No contexto da construção da fortaleza, que duraria até 1782, a população de Macapá e arredores ultrapassou os 10 mil indivíduos, a maioria trabalhadores compulsórios indígenas e negros cativos. O esforço hercúleo para a concretização do baluarte prejudicou a produção de alimentos, contribuindo com a fome e a carestia da população. Em lugar de progredir, o Macapá estagnou:

A requisição de força de trabalho escrava para os trabalhos de construção da Fortaleza de São José de Macapá e da vila de Mazagão e Macapá, desequilibraram o funcionamento dessas unidades, ao mesmo tempo que privavam-nas de autonomia. Cada proprietário devia colocar à disposição, escravos para os trabalhos na Fortificação [...] De fato, para a Fortaleza, foram canalizados os recursos financeiros, a força de trabalho de indígenas e escravos e a capacidade administrativa do governo. Em repetidas situações de escassez de alimentos, proibia-se os moradores a saída de arroz e outros gêneros [...] Além da usurpação dos seus escravos e gados, continuamente lhes era feita requisição de horas de serviço. Na verdade, por uma década, a construção da Fortaleza mereceu maior atenção que a consolidação do projeto agrícola.¹⁵

Agravava essa situação a existência dos franceses a poucos quilômetros de distância. Desde 1713, as terras entre o Oiapoque e o rio Araguari estavam sob um precário equilíbrio, o que facilitava a presença não só de estrangeiros nessas terras senão de desertores, criminosos e principalmente quilombos e mocambos. O historiador Flávio dos Santos Gomes demonstrou como esse espaço contribuiu, no final do século XVIII, para a formação de uma nova sociabilidade entre os quilombolas, que manejavam a seu favor a disputa fronteira entre os europeus. Defendiam-se dos senhores portugueses, que afinal não eram legalmente soberanos plenos do lugar, e comercializavam sua produção tanto com os franceses quanto com os colonos pobres macapaenses, uma relação de cumplicidade e apoio.¹⁶

Esse aspecto dificultou ainda mais o projeto colonizador pombalino na medida em que gerou instabilidade entre a força de trabalho e desestimulou a aquisição de novos escravos. O afastamento de Pombal do poder em 1777 acabou selando a falência do projeto de soldados colonos, relegando ao Macapá a presença diminuta de indivíduos, não passando de mil no final daquele século.

Frente a esse abandono, os franceses aproveitaram e expandiram seu domínio. Em 1797, foi anexado à Guiana Francesa o “Contestado”, o que diminuiu consideravelmente a distância até a foz do rio Amazonas. Ao ter acesso à navegação desse rio, os franceses poderiam circular do Oceano Atlântico até a América espanhola por dentro da Amazônia portuguesa. Pelos tratados de Badajoz, de 1801, e de Amiens, em 1802, os quais os portugueses não assinaram, os franceses legalizaram à sua maneira essa posse, fazendo com que sua Guiana alcançasse a maior extensão de sua história, uma projeção notável na região amazônica.¹⁷ Os piores pesadelos luso-paraenses em relação aos franceses pareciam se concretizar.

Com os desdobramentos das guerras napoleônicas na Europa, os acontecimentos se aceleraram e a situação se inverteu. A guerra declarada entre Portugal e França e a presença da família real no Rio de Janeiro imprimiu novo sentido ao Cabo Norte, abrindo a possibilidade de reconquista do “Contestado” e efetiva posse de toda Guiana, expulsando de uma vez por todas essa ameaça de dominação estrangeira e ainda agregando cerca de 80 mil km quadrados ao já extenso território português na América.

¹ MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire Générale de La Guyane Française*. Matoury: Ibis Rouge, 2002, p. 20.

² MAM LAM FOUCK, Serge; ANAKESA, Apollinaire. *Nouvelle histoire de la Guyane: Des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2013, p. 31-32.

³ *Ibidem*, p. 34.

⁴ MAM LAM FOUCK, Op. Cit., p. 21.

⁵ *Ibidem*, p. 26.

⁶ MAM LAM FOUCK; ANAKESA, Op. Cit., p. 37.

⁷ *Ibidem*, p. 38.

⁸ *Ibidem*, p. 39.

⁹ *Ibidem*, p. 39.

¹⁰ *Ibidem*, p. 40.

¹¹ *Ibidem*, p. 42.

¹² MAM LAM FOUCK, Op. Cit., p. 164.

¹³ *Ibidem*, p. 164.

¹⁴ Nas palavras de Arthur Reis: “A pequena posição fortificada, convenientemente reconstruída em moldes modernos e sob técnica avançada, transformou-se na mais notável e potente praça forte de todo Brasil. Estava artilhada com 107 peças de artilharia. Na sua construção haviam trabalhado especialistas nacionais e estrangeiros”. In: REIS, Arthur Cesar Ferreira. *A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 1, tomo 1, 1985. 250p.

¹⁵ MARIN, Rosa Elizabeth de Acevedo. *Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos*. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999, p. 40.

¹⁶ GOMES, Flávio dos Santos. *Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira*. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Op. Cit., p. 225-318.

¹⁷ GRANGER, Stéphane. *Conquista da Guiana Francesa e Expansionismo Brasileiro, um olhar cruzado*. Mimeo. 2012, p. 3.